

Aprovo.

## **CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**

1. A Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, sita no Campo Grande, 1749-016 Lisboa, pessoa coletiva n.º 502 618 418, na qualidade de entidade adjudicante, convida a V. empresa a apresentar proposta no âmbito do procedimento de consulta prévia adotado para a celebração de um contrato de empreitada de beneficiação de elevadores, nos edifícios C1, C2, C4, C5, C6, C7, C8, IBEB e TEC LABS, da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
2. Informa-se que:
  - a) A decisão de contratar e de escolha do procedimento foi tomada pelo Subdiretor, Professor Doutor Jorge Manuel Rodrigues de Sancho Relvas, em substituição do Diretor, nos termos do n.º 1 do artigo 36.º e do artigo 38.º, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP), conjugados com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º e a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;
  - b) A escolha do procedimento de consulta prévia fundamenta-se na alínea c) do artigo 19.º do CCP;
  - c) Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são da competência do júri designado.
3. O contrato a celebrar abrange prestações típicas de uma empreitada de obras públicas, sendo o seu objeto caracterizado pelo CPV 45259000-7 (Reparação e manutenção de instalações).
4. As peças do procedimento são o presente convite à apresentação de propostas e o caderno de encargos, o mapa de quantidades (mapa da plataforma eletrónica acinGov) e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD).

5. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao CCP;
  - b) Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar, isto é, os preços unitários de todas as espécies de trabalho previstas no mapa de quantidades;
  - c) Plano de trabalhos – a sua apresentação deverá assumir a forma de gráfico de barras tendo a semana como unidade de tempo;
  - d) Plano de pagamentos – previsão quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar mensalmente pelo empreiteiro, de acordo com o plano de trabalhos.
  - e) Memória descritiva e justificativa do modo de execução dos trabalhos.
- 5.1. Os documentos da proposta devem ser assinados, de forma individual, pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar, com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
- 5.2. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter à plataforma eletrónica, juntamente com os documentos da proposta, documento que ateste o poder de representação e assinatura, nomeadamente, a certidão permanente da empresa ou uma procuração devidamente reconhecida por entidade competente.
- 5.3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo no que respeita a documentação de carácter eminentemente técnico, nomeadamente catálogos, certificados, referências, manuais técnicos e similares, que poderão ser apresentados em língua inglesa ou espanhola.
6. Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

7. A proposta deve ser apresentada, até às 23h59m do **21.º dia** após a data do presente convite, na plataforma eletrónica de compras pública acinGov (<https://www.acingov.pt/>), na qual decorrerá todo o procedimento pré-contratual.
8. Recomenda-se a visita aos locais de execução dos trabalhos a realizar. A data e hora da visita será comunicada às entidades convidadas, através da plataforma eletrónica, após o envio do convite.
9. O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 (sessenta e seis) dias.
10. A proposta não será objeto de negociação.
11. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo adjudicada a proposta que apresentar o preço total mais baixo. Em caso de empate será efetuado um sorteio, na presença dos interessados, em data a designar.
12. Não é exigida a prestação de caução, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.
13. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar via plataforma eletrónica os seguintes documentos de habilitação:
  - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
  - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), c), d), e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
  - c) Alvará ou certificado de empreiteiro de obras públicas emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, I. P. (IMPIC, I. P.), que deverá conter as seguintes habilitações, em classe correspondente ao valor dos trabalhos a realizar:

- 4.ª Categoria - Instalações elétricas e mecânicas: 11.ª Subcategoria - Instalações de elevação.

14. O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos de habilitação apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP, é de 5 (cinco) dias.
15. A tudo que não esteja especificado no presente convite e demais peças do procedimento aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes no Código dos Contratos Públicos, bem como as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis, de acordo com a natureza do contrato.